

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO
RACIAIS**

ÉLIO DA SILVA

**UM ESTUDO SOBRE O RACISMO SILENCIOSO NO COTIDIANO ESCOLAR A
PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DA LEI 10. 639/2003.**

**CURITIBA
2015**

ÉLIO DA SILVA

**UM ESTUDO SOBRE O RACISMO SILENCIOSO NO COTIDIANO ESCOLAR A
PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DA LEI 10. 639/2003.**

Monografia apresentada ao curso de Pós-Graduação, Nível Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Paraná, como requisito à obtenção do Título de Especialista.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Luís do Nascimento

CURITIBA

2015

TERMO DE APROVAÇÃO

ELIO DA SILVA

UM ESTUDO SOBRE O RACISMO SILENCIOSO NO COTIDIANO ESCOLAR A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DA LEI 10. 639/2003.

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais, do Setor de Educação NEAB/UFPR, como requisito parcial à obtenção do grau de especialista, sob avaliação da seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Prof. Dr. Sérgio Luís do Nascimento

Orientador – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Departamento de Pós-Graduação.

Prof. Dr.

Prof. Dr.

CURITIBA, _____ de _____, 2015

RESUMO

O presente trabalho pretende investigar como se dá a produção e reprodução do racismo silencioso no cotidiano escolar, através de análises bibliográficas, a partir da implantação da Lei 10.639/2003 nos artigos 26A e 79B, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana em todos os sistemas, níveis e modalidades de ensino do Brasil. Concentra-se na temática da educação racial e como objetivo geral busca-se evidenciar e discutir criticamente práticas propiciadoras da produção e reprodução do racismo exercidas no cotidiano escolar, bem como apontar para a existência de um racismo silencioso. Chama atenção para a necessidade de um estudo aprofundado da escola, enquanto formadora de identidades, bem como das práticas de seus professores, no que diz respeito à questão racial, pois essa temática apresenta-se como um grande desafio para a educação contemporânea. Propomos aprofundar teoricamente o assunto no sentido de promover um repensar das atitudes tanto de professores, quanto de alunos. O problema de pesquisa concentra-se no racismo silencioso presente no cotidiano escolar, mais propriamente na educação básica. Partimos da seguinte questão: que estratégias poderiam ser usadas pelas escolas para romper com o silêncio do racismo? Buscamos aporte teórico em: Munanga (2007), Rodrigues, (2004) Gomes (2005), Coqueiro (2011), Ferreira (2002), Baptista (2014), Cavalleiro, (1998), Cavalleiro (2010), André (2011), Santos (2007), Lopes (2014), Régis (2011), André (2011) Brogiato (2011) e outros. A presente pesquisa é de natureza bibliográfica seguindo o método qualitativo utilizando: livros, revistas, sites, banco de dados da Capes; periódicos, teses e dissertações, Google Acadêmico, SciELO (Scientific Electronic Library Online), selecionados a partir de leitura prévia, resumos e descritores. Por fim, apontamos algumas estratégias no enfrentamento do racismo silencioso, mediante a implantação da Lei 10.639/2003 observando algumas conquistas, desafios e perspectivas.

Palavras-chave: Racismo silencioso. Cotidiano escolar. Lei 10.639/03.

Abstract

The present work intends to investigate how the production and reproduction of racism in daily life, silent through bibliographical analysis, from the implementation of Law 10,639/2003 in articles 26A and 79B, which makes mandatory the teaching of history and Afro-Brazilian and African Culture in all systems, levels and courses of education of Brazil. Focuses on the theme of education and general objective seeks to highlight and discuss critically generation practices of production and reproduction of racism in everyday school activities, as well as pointing to the existence of a silent racism. Draws attention to the need for an in-depth study of the school, while former identities as well as their teachers, practices with regard to the racial issue, because this subject is a major challenge for contemporary education. We propose deepening theoretically the subject in order to promote a rethinking of attitudes both of teachers, as students. The research problem focuses on the racism present in daily life, silent more properly in basic education. We leave the question: what strategies could be used by schools to break the silence of racism? We seek theoretical intake Munang (2007) in:, Rodrigues, (2004) Gomes (2005), coconut tree (2011), Ferreira (2002), Baptist (2014), Cavalleiro, (1998), Cavalleiro (2010), André (2011), Saints (2007), Lee (2014), Régis (2011), André (2011) Brogiato (2011) and others. The present research in nature literature following the analysis adopts design qualitative method using: books, magazines, websites, database of Capes; periodicals, theses and dissertations, Google Scholar, SciELO (Scientific Electronic Library Online), selected from prior reading, summaries and key words. Finally, we point out some strategies in the fight against racism, by implementing the Law 10,639/2003 noting some achievements, challenges and prospects.

Keywords: Silent Racism. School everyday. Law 10,639/03.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
REFERENCIALTEÓRICO.....	09
1. EVIDENCIAR E DISCUTIR CRITICAMENTE PRÁTICAS PROPICIADORAS DA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO RACISMO SILENCIOSO NO COTIDIANO ESCOLAR.....	10
1.1 O racismo nos fatos cotidianos.....	10
1.2 O euro centrismo no currículo escolar.....	12
1.3 Raça, etnia, racismo e racialização.....	14
1.4 Evidencias do racismo silencioso na escola.....	17
2. ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO SILENCIOSO A PARTIR DA PRESENÇA AFRO-BRASILEIRA NO CONTEXTO EDUCACIONAL GARANTIDA PELA LEI 10.639/03.....	23
2.1 Implantação da Lei 10.639/03: conquistas, desafios e perspectivas	23
CONCLUSÃO.....	29
REFERÊNCIAS.....	31

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende investigar o racismo silencioso e como se dá a sua produção e reprodução no cotidiano escolar, através de análises bibliográficas, a partir da implantação da Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana em todos os sistemas, níveis e modalidades de ensino do Brasil. Enfocamos o conceito de racismo no sentido de quem sofre é o negro, o indígena o cigano etc, devido aos padrões que a sociedade determina, isto é, o mito da igualdade racial.

Ressaltamos também que o racismo silencioso muitas vezes é compreendido conceitualmente como violência simbólica. Queremos nesse trabalho tratar do conceito de racismo como “racismo silencioso” a fim de explicitar de forma direta esse problema que por vezes não é encarado de forma crítica e necessária pela sociedade e principalmente pela escola. Conceitualmente o racismo silencioso é sinônimo da violência simbólica, como a define Pierre Bourdieu (1989) “o poder simbólico é um poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 8). A violência simbólica se apresenta de forma dissimulada “camuflando”, assim, o ato violento.

O nosso problema de pesquisa concentra-se na reflexão sobre o racismo silencioso presente no cotidiano escolar, mais propriamente da educação básica abordando a seguinte questão: que estratégias poderiam ser usadas pelas escolas para romper com o silêncio do racismo? Com essa problemática queremos chamar atenção para o fato de que quem sofre o racismo sente na pele, nesse sentido o mesmo não é silencioso, pois se manifesta. O “como” a escola e a sociedade tratam a questão do racismo é que faz com que o mesmo seja silenciado. No cotidiano escolar, o racismo silencioso pode ser construído tanto pelos professores, quanto pelos alunos. O objeto de estudo que abordamos reflete a implantação da lei 10.639/03.

A fim de melhor discutir às ideias problematizadas, o presente trabalho divide-se em dois capítulos: no primeiro buscamos evidenciar e discutir criticamente práticas propiciadoras da produção e reprodução do racismo exercido no cotidiano escolar. Também mediante pesquisas buscamos apontar para a existência de um racismo silencioso que a escola não tem tratado de forma crítica e transparente. O eurocentrismo presente no currículo escolar faz com que educadores, já a partir da

formação superior (Curso de Graduação e Pós-Graduação) não tratem da educação racial e nisso, não percebem o racismo nos fatos cotidianos. Deste modo, a escola não leva em consideração a existência do sujeito negro em seu cotidiano, pois nega a sua identidade e cultura. Nesse sentido, propomos aprofundar teoricamente o assunto, no sentido de promover um repensar das atitudes tanto de professores, quanto de alunos a partir do conhecimento dessa problemática.

No segundo capítulo propomos algumas estratégias de enfrentamento ao racismo silencioso a partir da presença afro-brasileira no contexto educacional garantida pela lei 10.639/, que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana em todos os sistemas, níveis e modalidades de ensino do Brasil. Desta forma, levantamos questionamentos se a lei em questão tem contribuído para a superação do racismo, ou somente pela existência da mesma as escolas não acabam camuflando as questões raciais. Em relação à lei em questão apontamos para alguns pontos como: conquistas, desafios e perspectivas, observando se de fato está ocorrendo o ensino de História e Cultura afro, como está acontecendo essa abordagem na prática docente e não apenas na teoria. Busca-se com isso, resgatar a participação da cultura negra nas áreas socioeconômica, política e cultural no cenário brasileiro.

Destarte, o fio condutor de nossa análise é buscar compreender a partir da literatura se o racismo na escola de educação básica tem sido explicitado, debatido, ou se tem passado despercebido a partir da lei 10.639/03.

REFERENCIAL TEÓRICO

A presente pesquisa é de natureza “reflexiva” e em seu delineamento adota análise bibliográfica seguindo o método qualitativo, buscando contribuir para o reconhecimento de uma identidade negra, como forma de combater o preconceito racial presente no cotidiano escolar através do racismo silencioso. Nesse sentido, buscou reunir autores e fontes relevantes sobre a temática na atualidade.

Com aporte teórico em: Munanga (2007), Rodrigues, (2004) Gomes (2005), Coqueiro (2011), Ferreira (2002), Baptista (2014), Cavalleiro, (1998), Cavalleiro (2010), André (2011), Santos (2007), Lopes (2014), Régis (2011), André (2011) Brogiato (2011) e outros, buscamos analisar e discutir conceitos fundamentais da nossa pesquisa: racismo, racismo silencioso, discriminação racial, mito da democracia racial, implantação da Lei 10.639/03 e seus impactos no cotidiano escolar.

A coleta do referencial teórico foi realizada desde o início do curso de Especialização das Relações Étnico-raciais, já que cada módulo disponibilizava apostila específica com temas diversos da educação racial através da plataforma moodle na modalidade EaD. A realização de leitura, pesquisa e atividades que compõe o curso serviram de base para fundamentação de conceitos da pesquisa. As atividades realizadas foram à distância, mas também presencial com trabalhos de debate em grupos e desenvolvimento de ações na escola de atuação de cada integrante com acompanhamento de tutores e professores. Os debates e ações mostraram o quanto é desafiador implantar nas escolas a educação racial, bem como o quanto o racismo silencioso está presente no cotidiano escolar.

Também fizemos coleta de dados de acordo com o assunto pesquisado em instrumentos como; livros, revistas, sites, banco de dados da Capes; periódicos, teses e dissertações, biblioteca online de universidades, Google Acadêmico, SciELO (Scientific Electronic Library Online) a partir de leitura prévia de títulos, resumos e descritores. Encontramos uma grande gama de trabalhos relacionados ao racismo, mas sobre o racismo silencioso esse número foi mais reduzido. Realizamos a seleção de trabalhos que estavam diretamente ligados com o tema e problema proposto na pesquisa, no âmbito do racismo silencioso os quais tiveram leitura integral. Por fim, concentramos na discussão das impressões coletadas com escrita e redação do texto final, apontando para alguns elementos que necessitam ser abordados na escola para o enfrentamento do racismo silencioso.

1. EVIDENCIAR E DISCUTIR CRITICAMENTE PRÁTICAS PROPICIADORAS DA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO RACISMO SILENCIOSO NO COTIDIANO ESCOLAR

A escola é um dos palcos sociais onde são cotidianamente vividas e exercidas as mais diversas práticas de produção e reprodução do racismo em vista do silêncio que se faz em torno dessa questão. A escola como reflexo da sociedade também é palco de discriminações, permeadas por supostas brincadeiras e preconceitos velados, e que por muitas vezes podem ser suavizadas quando está inserida em um contexto de relação de maior afetividade e intimidade.

1.1 O racismo nos fatos cotidianos

Ha indícios a partir de pesquisas e fatos cotidianamente noticiados em parte pela mídia de que as escolas, quanto à sociedade não enfrentam o racismo, mas tentam escondê-lo, fazer com que o mesmo não apareça. Em parte, porque a grande mídia não mostra os fatos de racismo e quando mostra o faz de forma destorcida. Com o desenvolvimento da tecnologia as denúncias são feitas com mais frequências através de sites, portais, redes sociais, blogs, vídeos.

Recentemente temos o caso da Rua Oscar Freire em São Paulo, “Mal-entendidos sempre acontecem com crianças negras” (2015) envolvendo Jonathan Duran, pai adotivo de um menino negro. Há pouco mais de uma semana, ele denunciou um caso de racismo contra seu filho na rua Oscar Freire, conhecida pelas lojas de luxo em São Paulo. Executivo do mercado financeiro, o norte americano que vive há 19 anos no Brasil fez desabafo em vídeo no Face book e o caso ganhou repercussão nacional. O vídeo também foi publicado no You Tube¹ numa produção da TV Carta.

Outro caso recente que chama atenção é a morte do menino negro Eduardo de Jesus, 10 anos — morto por um tiro de fuzil disparado pela Polícia Militar no Complexo do Alemão, Rio de Janeiro, conforme notícia publicada em 03/04/2015 no portal de notícias do Jornal Zero Hora². O sonho de Eduardo era ser bombeiro e foi interrompido segundo a mãe Terezinha M. de Jesus, que está revoltada, pois confessa ter visto o rosto do PM que atirou em seu filho. A questão é como que a

¹ **RACISMO NA OSCAR FREIRE:** (Vídeo). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mfSW2F3QA18> Acessado em 08/04/2015.

² **JORNAL ZERO HORA.** Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/04/menino-morto-no-complexo-do-alemao-queria-ser-bombeiro-4732379.html>. Acessado em 08/04/2015.

mídia tratou e está tratando o caso? Como que a investigação por parte da PM e Polícia Civil será feita? Qual é a leitura que a sociedade tem feito de casos como esses e tantos outros? Pelo silêncio que se faz, casos como esse são tratado de forma “normal” pela sociedade, afinal era só um menino negro e favelado.

Conforme notícia publicada no Portal Geledés³, (2012) pelo menos 70% dos casos de racismo acontecem nas escolas. Em 2012, levantamento da Organização Não Governamental (ONG) SOS Racismo, de Belo Horizonte, apontou que 70% das denúncias que chegaram ao conhecimento da entidade aconteceram em escolas públicas ou privadas. No caso mais recente, uma menina negra foi chamada de "preta horrorosa", na frente dos colegas, pela avó de um aluno branco em um colégio particular. Houve denúncia por parte de uma professora que pediu demissão, pois o colégio através da direção não tomou nenhuma providência. Segundo a SOS Racismo, em apenas 20% dos casos, os responsáveis receberam algum tipo de condenação. "O mais difícil é provar o racismo e encontrar alguém que aceite testemunhar porque as pessoas se sentem pressionadas ou intimidadas", afirma a ONG.

No Portal Cidade verde. Com⁴, (2013) temos que a Delegacia de Proteção aos Direitos Humanos e de Repressão as Condutas Discriminatórias encerrou o ano de 2013 contabilizando mais de 100 denúncias por racismo no ambiente escolar em Teresina no Piauí. “São alunos que denunciam professores, supervisores e funcionários de escolas por crime de injúria racial. As discussões que acontecem dentro de sala de aula e nos corredores da escola”. Vale salientar que “os principais xingamentos são de negro vagabundo, urubu, fedorento, cara de crioulo, quando não faz merda na saída faz na entrada e só podia ser negro”, relata o portal. O fato é que as expressões são usadas para humilhar as vítimas, mas que na investigação muitas vezes é difícil de comprovar porque há omissões por parte de direção, supervisão e professores.

Pesquisas educacionais realizadas pelos professores Angela Albernaz, Francisco Ferreira e Creso Franco, da Pontifícia Universidade Católica – PUC do Rio

³ **PORTAL GELEDÉS** Conferir notícia na íntegra no, Disponível em: Arquivo.geledes.org.br/racismo.../racismo.../14997-pelo-menos-70-dos-c. Acessado em 07/04/2015.

⁴ **PORTAL CIDADEVERDE.COM**, Conferir na íntegra denúncias sobre racismo: Disponível em: [/teresina-contabiliza-100-casos-de-racismo-maioria-em-](http://teresina-contabiliza-100-casos-de-racismo-maioria-em-) Acessado em 07/04/2015.

de Janeiro, publicadas pelo Jornal Folha de São Paulo em 2003⁵, já demonstraram que o racismo contra os alunos considerados negros interfere no desempenho escolar. Utilizando-se de dados do Ministério da Educação, os pesquisadores concluíram que:

Estudantes negros estão aprendendo menos do que os brancos de mesmo nível social e que estudam na mesma escola. Analisando as notas dos alunos no Sistema de Avaliação da Educação Básica SAEB, principal exame do ministério para medir a qualidade da educação brasileira, os pesquisadores [...] mostraram que os negros tinham, na média de todas as disciplinas verificada, desempenho inferior em 9,3 pontos ao dos brancos, mesmo quando eram comparados alunos da mesma classe social e da mesma escola. O estudo, financiado pela Fundação Ford, também aponta diferenças nas notas entre brancos e pardos. Nesse caso, a diferença a favor dos brancos é de 3,1 pontos. Para os pesquisadores, os resultados são uma forte evidência de que pode estar havendo preconceito na escola. Professores podem estar tratando de maneira desigual negros e brancos na mesma sala de aula.” (Jornal Folha de São Paulo, 2003)

Em comentários à pesquisa, a ex-secretária da educação de São Paulo, a professora Rose Neubauer, afirmou que “as pesquisas sugerem que as crianças negras têm sido mais abandonadas na escola”, e que muitas vezes os professores têm a expectativa de que os alunos negros tenham desempenho escolar ruim e esta expectativa acaba influenciando negativamente no trabalho que é feito com estes alunos. No final do processo escolar o mau desempenho acaba realmente ocorrendo. De acordo com a matéria jornalística, a pesquisa indica que ao entrar no ensino fundamental as crianças perdem autoestima e isto influi no seu desempenho escolar. Conforme afirmou a professora Rose Neubauer, “o professor, ao elogiar apenas o cabelo macio de um aluno de cor branca, pode estar reforçando um modelo cultural de beleza. Isso pode afetar a autoestima e o desempenho escolar de um estudante negro da mesma classe” (Jornal Folha de São Paulo, 18/05/2003).

Questionamos com isso que por trás do sistema educacional brasileiro existe uma elite intelectual alienada a valores culturais europeus e ao imperialismo econômico. Ou seja, se os formuladores do ensino no Brasil são pertencentes a uma elite intelectual eurocêntrica, o ensino está centrado nos valores culturais europeus.

1.2 O eurocentrismo no currículo escolar

A questão do eurocentrismo no currículo escolar aparece em pesquisa realizada por Kátia Evangelista Regis, *Relações étnico-raciais e currículos escolares*

⁵ **Jornal Folha de S.Paulo.** A Pesquisa intitulada **Preconceito afeta desempenho na escola**, está disponível em: www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1805200309.htm. Acessado em 11/08/2015.

nas teses e dissertações em educação (1987-2006): desafios da inclusão da cultura negra nas práticas curriculares, Tese de Doutorado que resgatamos publicada em formato de artigo na Revista da ABPN, de julho a outubro de 2011. Conforme Régis, o seu doutoramento teve “por objetivo sistematizar e analisar as principais questões discutidas na produção discente, que enfocou as relações étnico-raciais e o currículo escolar, desenvolvida em programas de pós-graduação *stricto sensu* em educação, entre 1987 e 2006” (RÉGIS, 2011, p.141). Como resultado, a pesquisa enumerou alguns itens os quais chamou de categorias divididas em quatro, a saber:

a) o negro nos livros didáticos; b) relações étnico-raciais no currículo em ação; c) estereótipos, preconceito racial e discriminação racial no cotidiano escolar e d) o ensino da história e cultura dos africanos e dos negros brasileiros nos currículos escolares (RÉGIS, 2011, p. 139).

No artigo, Régis optou por refletir sobre a última categoria, discutindo os desafios para a inclusão da cultura negra nas práticas curriculares e o silenciamento sobre os saberes e a história do negro e da cultura afro. Apesar da relevância do debate sobre as relações étnico-raciais na escolarização, existe uma resistência em se problematizar essa temática na escola, pois “muitos profissionais da educação dizem não perceber na escola conflitos ligados ao racismo, preconceito racial e discriminação racial, silenciando sobre essas questões” (RÉGIS, 2011, p. 140). Situação essa que aparece nos programas de pós-graduação *stricto sensu* em educação, nos quais ainda é reduzida a quantidade de pesquisas sobre as relações étnico-raciais. Essa questão reflete de forma direta na educação básica.

Portanto, as teses e dissertações analisadas apontam que o ensino da história e cultura africana e dos negros brasileiros ocorre de maneira pontual, por meio de práticas isoladas e à margem do currículo hegemônico. O tema em questão é percebido como “difícil de ser discutido, e os debates sobre as diferenças étnico-raciais, quando ocorrem, são dissociados do contexto social, econômico, político e cultural” (RÉGIS, 2011, p. 144). Destarte, afirma a autora que:

A sistematização e análise das teses e dissertações sobre as relações étnico-raciais nos currículos escolares da educação básica podem contribuir para problematizá-la e apontar possibilidades de mudanças no contexto de alteração da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) pela Lei 10.639/2003 (RÉGIS, 2011, p. 141).

A partir da pesquisa de Régis, resgatamos a nossa temática e problemática de pesquisa: Um estudo sobre o racismo silencioso nas escolas públicas a partir da implantação da lei 10. 639/2003, enfatizando a necessidade do debate e da inserção da Educação Racial no cotidiano escolar como possibilidade de superação do eurocentrismo como o centro da educação escolar.

A visão eurocêntrica está enraizada nos educadores e nas pessoas de modo geral, pois de acordo com Gonçalves (1987), o “ritual pedagógico do silêncio” exclui dos currículos escolares a história de luta dos negros na sociedade brasileira e “impõe às crianças negras um ideal de ego branco” (GONÇALVES, 1987, p. 28). É muito difícil romper com concepções históricas às quais convivemos em toda a formação acadêmica e até mesmo no cotidiano familiar e social.

Na visão de Praxedes;

O eurocentrismo é um dos grandes obstáculos que devem ser superados para que seja assegurado o acesso e a permanência dos diversos grupos étnico-raciais no sistema escolar brasileiro, que é uma reivindicação política e educacional dos grupos sociais marginalizados (PRAXEDES, 2008, p. 2).

Para isso é preciso promover uma educação democrática que respeite as diferenças de cultura entre os agentes que se relacionam no sistema escolar. Também devemos imaginar soluções para os problemas educacionais e das comunidades locais que escapem aos parâmetros e às expectativas dos centros hegemônicos de poder e conhecimento. Na segunda parte deste trabalho, propomos algumas estratégias de enfrentamento ao racismo no cotidiano escolar.

Superar o eurocentrismo na educação é realizar uma contestação das estruturas de poder, pensamento e ação como o capitalismo, o racismo e o patriarcalismo que oprimem inúmeras outras formas de expressão e de vida, para que possamos criar formas locais de convivência baseadas na autonomia das comunidades e escolas e na solidariedade que respeita as diferenças. Superar o eurocentrismo é levar em consideração o negro como sujeito que possui identidade, história, cultura e resistência.

1.3 Raça, etnia, racismo e racialização

O conceito de raça de certa forma sempre foi definida do ponto de vista biológico. Conforme Chauí (2010) em seu livro Iniciação à Filosofia “a raça é uma

realidade natural ou biológica produzida pela diferença dos climas, da alimentação, da geografia e da reprodução sexual” (CHAUÍ, 2010, p. 295). Essa interpretação está ligada ao pensamento dos séculos XVI, XVII, e XVIII, que utilizou a justificativa biológica para defender a ideia da segregação racial, não distinguindo grupos humanos de grupos de animais gerando o racismo, ou a classificação das raças humanas. Conforme Paulo Vinícius Baptista da Silva (2014) em *Apontamentos sobre o Racismo no Brasil* “as raças eram classificadas em: 1) brancos – europeus; 2) amarelos – asiáticos; 3) vermelhos – americanos e australianos; 4) negros – africanos” (BAPTISTA, S, 2014. p. 244). Embora se tenham elaborado outras classificações, de modo geral essa aqui citada é que ganhou a aceitação social. Após acontecimentos trágicos em relação à classificação racial, tanto a Biologia, quanto as Ciências Sociais, a raça passou a ser estudada do ponto de vista da construção social.

O conceito de “etnia” é utilizado pelas ciências e de modo geral no Brasil, para denominar “grupo social que tem traços culturais e origem em comum” (BAPTISTA, S. 2014, p. 246). Por exemplo; povos indígenas; etnia xetá; etnia kaigank, etnia tupi guarani etc. Também a grupos de descendentes de povos de “origem comum como a etnia alemã, italiana, espanhola, portuguesa, inglesa etc”. Em relação aos povos afros, a etnia não pode ser aplicada tal qual aos grupos citados, pois os afros, no caso do Brasil os “afro-brasileiros” trazidos pelo processo de colonização/escravização não mantem uma identidade comum e cultural, ao menos não se consegue comprovar “as raízes” de todos os descendentes africanos. Atualmente se usa o termo “étnico-racial (junção de etnia à raça) para designar propostas educacionais ou políticas públicas, donde está fundamentada a Lei 10.169/2003, que propõe o estudo das relações étnicos raciais a partir da história e da cultura afro-brasileira.

As pesquisas apontam que o racismo é a suposição de que há raças e, em seguida, a caracterização biogenética de fenômenos puramente sociais e culturais. Nesse sentido, há consenso na literatura dos autores citados de que o racismo silencioso é fruto da ideologia de que uma raça é melhor que outra. O racismo não se justifica quando há compreensão de que o homem em si pertence apenas a uma raça ou espécie, isto é, a humana, conforme comprovações científicas ainda no século XX. Portanto, podemos questionar; por que ainda a ideia de raça persiste e com isso há justificativas para o racismo? Uma vez que o racismo, enquanto noção

científica, não tem respaldo nas Ciências, e assim mesmo continua, a existir, somos levados a um ponto interessante da discussão sobre o racismo, a ideologia racial, que no Brasil é um problema constante.

A ideia de classificação das raças culminou no racismo, a princípio como “racismo científico” tendo como justificativa a diferença biológica entre os seres humanos, envolvendo questões culturais, de desenvolvimento e de civilização. Com isso os povos europeus justificaram a colonização da Ásia, África, América Latina afirmando estarem levando a cultura e a civilização aos povos bárbaros e selvagens. Conceitualmente pode-se dizer que o racismo foi utilizado para inferiorizar algumas raças e ter outras como superiores. Conforme Cachoeira e Baade (2013) em artigo e pesquisa sobre a gênese do preconceito tem-se a seguinte reflexão:

Se a humanidade floresceu a partir do mesmo berço, no continente africano, e o ser humano concebido hoje, seja branco, negro, amarelo ou pardo, com qualquer que seja a bagagem genética ou cultural, descende dos mesmos ancestrais, como se pode então dividir uma mesma raça, a raça humana, em diversas “outras” baseando-se em conceitos criados a partir da observância de particularidades que diferem um grupo do outro? Seria a cultura um fator combustível para a diferenciação? E se fosse, não seria a igualdade de raça e cor uma questão de aprendizado? (CACHOEIRA, BAADE, 2013, p. 2007).

Como afirma Gabriel O Pensador em sua composição musical *Racismo é Burrice*, “o racismo não está na cor da pele, mas sim na cabeça das pessoas”. A ideia de que há raças inferiores e superiores, culminou no conceito de racialização. “A ideia de raças humanas e as bases sociais do racismo foram historicamente criadas e difundidas, com objetivos políticos bem determinados, mas carecem de fundamento científico” (BAPTISTA S. p. 249). De certa forma, “raças não existem” o que existe é uma falsa “crença de raça”, que pode ser denominada racismo. A experiência racista é o que pode, em certa medida, marcar a trajetória escolar de muitos alunos que são etiquetados por supostas “limitações” que são atribuídas a uma procedência social, cultural ou étnica, ideologicamente construída, como afirma Munanga: “de outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas” (MUNANGA, 2004, p. 19).

A Racialização “significa classificar e inferiorizar determinado grupo social, baseado em características que podem ser de aparência ou não, culturais ou de

origem, reais ou imputadas” (BAPTISTA S. p. 245). A racialização gera conflitos entre os grupos, dificuldade de acessos a bens materiais e culturais e ainda que não haja diferenças biológicas, as diferenças são construídas socialmente. Nisso, tanto o racismo, quanto a racialização se tornaram “fenômenos mundiais” foram e continuam sendo reproduzidos na sociedade.

1.4 Evidências do racismo silencioso na escola

A experiência racista é o que pode, em certa medida, marcar a trajetória escolar de muitos alunos que são etiquetados por supostas “limitações” que são atribuídas a uma procedência social, cultural ou étnica, ideologicamente construída.

Conforme pesquisa em dissertação de mestrado, realizada em 2007 por Santos (Universidade Federal do Paraná) intitulada *Educação e relações raciais: um estudo de caso*, a escola ainda não adotou medidas de combate ao racismo ou mesmo abriu uma discussão pedagógica para problematizar a questão. A pesquisa reforça esse argumento, evidenciando elementos que constataram as hipóteses levantadas, tais como:

Formas de silenciamento da questão racial e de práticas discriminatórias na escola; a ideia de democracia racial brasileira perpassando todo o ambiente escolar; os livros didáticos analisados não avançaram na problematização e na desconstrução das imagens negativas dos negros, que ainda estão associadas à escravidão; a lei 10.639/03, apesar de 4 anos de sua implementação, é pouco conhecida e não está sendo colocada em prática pelos professores nas escolas; há formas de racismo explícito e implícito no ambiente escolar, negado pelos professores, denotando estarem pouco preparados para lidar com a questão racial em sala de aula (SANTOS, 2007, p. 9).

No Brasil a discriminação racial impera e, dessa forma sempre se buscou estratégias simbólicas, ou seja, termos politicamente corretos, pois parece ser comum tratar o afrodescendente como “moreno, ou seja, a naturalização do preconceito o torna silencioso”. Conforme Ricardo Franklin Ferreira (2002), “as pessoas procuram elementos de identificação em símbolos do grupo considerado social e economicamente dominante, no caso o brasileiro branco-europeu” (FERREIRA, 2002, p. 72).

Essa questão nos mostra a dificuldade que o brasileiro tem de lidar com o racismo e isso é analisado por Cavalleiro (1998) em *Do silêncio do lar ao silêncio Escolar*, “de que nos lares de famílias negras e na escola, a maneira mais comum

de se lidar com o racismo é o silêncio” (CAVALLEIRO, 1998, p. 18). Desta forma, Cavalleiro (1998), refletindo sobre a construção da identidade do sujeito, entende que:

A identidade é um dos resultados mais importantes do processo de constituição social do sujeito. (...) O indivíduo se identifica reconhecendo seu próprio corpo, situado em um meio que o reconhece como ser humano e social. Assim, a identidade resulta da percepção que temos de nós mesmos, advinda da percepção que temos de como os outros nos vêem. (...) Numa sociedade como a nossa, na qual predomina uma visão negativamente preconceituosa, historicamente construída, a respeito do negro e, em contrapartida, a identificação positiva do branco, a identidade estruturada durante o processo de socialização terá por base a precariedade de modelos satisfatórios e a abundância de estereótipos negativos sobre os negros (CAVALLEIRO, 1998, p. 19).

Representações indentitárias positivas da cultura negra não são valorizadas socialmente e tampouco na escola, que afirma uma história do Brasil vinculada mais a uma História mal contada da Europa não explicando o desenvolvimento da Europa como resultado da exploração colonialista da África e da Ásia, e sem as devidas informações sobre nossa afro-descendência e às africanidades brasileiras. Um olhar atento sobre a realidade do povo brasileiro mostra uma sociedade multirracial e pluriétnica que faz de conta que o racismo, o preconceito e a discriminação não existem. No entanto, afloram a todo momento, ora de modo velado, ora escancarado, e estão presentes na vida diária. Reflexões dessa natureza nos levam a compreender melhor o porquê da escola manter o silêncio diante do racismo. Existe um problema ideológico quanto ao racismo que necessita ser desmitificado.

De acordo com Rodrigues;

Preconceito: "atributo do outro"? Não caçamos pretos, no meio da rua, a pauladas como nos Estados Unidos. Mas fazemos o que talvez seja pior. A vida do preto brasileiro é toda tecida de humilhações. Nós tratamos com uma cordialidade que é o disfarce pusilânime de um desprezo que fermenta em nós, dia e noite (RODRIGUES, 2002 apud FERREIRA, 2002, p. 70).

Em 2009, foi realizada pesquisa em várias escolas brasileiras pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep⁶) com objetivo de demonstrar

⁶ A Pesquisa é intitulada: *Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar*. Pode-se encontrar síntese, bem como análise dos dados no link http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diversidade_apresentacao.pdf.

situações de discriminação no ambiente escolar. Constatou-se que 94,2% das pessoas entrevistadas têm algum tipo de preconceito e/ou discriminação quanto ao pertencimento étnico-racial.

O preconceito contra o negro,(Brogiato 2012) “em função do mito que o negro, torna-se difícil de ser compreendido e combatido. Existe um tratamento pseudocordial, levando a crer que a discriminação etnoracial não existe” (BROGIATO, 2012, p. 8). Conforme André (2011) “ainda existe o mito de que as pessoas de origem negra para se destacarem profissionalmente devem exercer trabalhos relacionados à música, à arte ou ao esporte” (ANDRÉ, 2011, p. 35). O negro nunca é relacionado a trabalhos acadêmicos, científicos e políticos. Ainda que haja um discurso social de que no Brasil não há “racismo”, não há “discriminação”, as salas de aula são o exemplo dessas práticas e os efeitos podem ser vistos no rendimento escolar tanto de alunos pobres quanto de origem negra.

André (2011) reflete sobre estudos realizados em São Paulo, onde crianças negras (pretas e pardas) estão mais suscetíveis há repetir o ano (com uma frequência maior que as crianças brancas), são excluídas mais cedo do sistema escolar, apresentam uma trajetória escolar menos constante com afastamentos e retornos, indicando assim uma interação complexa entre o sistema escolar e o alunado negro. Do ponto de vista de Cavalleiro (2010), temos que:

A existência do racismo no cotidiano escolar produz como consequência nos alunos negros: auto rejeição, timidez, pouca participação em sala de aula, dificuldades no processo de aprendizagem, falta de estímulo para frequentar as aulas, o que termina por acarretar evasão escolar (CAVALLEIRO, 2010, p. 27).

Segundo Cavalleiro (2000), muitos alunos negros sofrem diversas situações de humilhação tanto pelos colegas, como algumas vezes pelo próprio professor. Piadas e apelidos racistas são vistos simplesmente como “brincadeiras”. Alguns apelidos até são considerados forma “carinhosa” de tratamento como; “neguinho”, “pretinha”, “negão”, além das expressões usadas sem se levar em conta seu conteúdo discriminatório como: “amanhã é dia de branco”, a “coisa tá preta”, “preto de alma branca”, que só reforçam o preconceito” (CAVALLEIRO, 2000, p. 21).

Maggie (2006) ressalta que “os alunos que se autodeclaram brancos e pardos parecem ter uma maior expectativa quanto aos estudos que os alunos que se autodeclaram negros” (MAGGIE, 2006, p. 34). Desta forma, podemos perceber que os aspectos emocionais estão fortemente presentes nas experiências escolares

destes alunos causando diferentes efeitos colaterais que refletem de forma direta no aprendizado. O que podemos ressaltar é que há um silêncio na prática docente em relação a essas questões tão fortemente presentes no cotidiano escolar que se tornam camufladas em “cortinas de fumaça”.

O preconceito não deixa ver a real situação de exclusão, provocando discriminações. É preciso “romper a omissão e o silêncio dos profissionais da escola possibilitando o respeito à diversidade e mudanças no cotidiano da escola” (CAVALLEIRO, 2005, p. 28). Em artigo *Discriminação racial: a visão do professor mediante o racismo na escola*, publicado na revista reflexão, ação e educação: Revista de Ciências Sociais e Humanas, Alex Leonardo Ribeiro (2012) trata de perceber como se dá o preconceito racial em sala de aula e qual ou quais são as consequências do mesmo para alunos e alunas vítimas da segregação étnico-racial. Nesse sentido, Levanta algumas questões;

Como os professores atuam na prática docente mediante preconceito racial no âmbito escolar? Quais as ações educativas e afirmativas que professores executam em sua prática pedagógica para combater o preconceito racial em sua unidade escolar? Como os docentes percebem, notam, experimentam e atuam junto à realidade do preconceito racial? (RIBEIRO, 2012, p. 30).

Tais questões colocadas por Ribeiro, afirmam que preconceito e discriminação relacionada à raça na escola são assuntos cuja abordagem ainda é muito delicada, tanto pelo corpo discente, quanto pelo corpo docente da escola. Percebe-se o quanto é difícil trazer essa discussão para sala de aula e focar discussões nesse assunto que é tabu em rodas de conversas familiares, no meio social, na comunidade religiosa e em diversos âmbitos da sociedade. Sabe-se que todas essas dificuldades para abordar tal questão são oriundas de carência de investimentos na formação de professores, falta de interesse pela temática em relação às Políticas Públicas e poucos estudos dirigidos a questão do negro no Brasil, isto é, a pesquisa. Sabe-se também que o preconceito influencia uma causa intimidativa na vida das pessoas, sendo que, as chacotas sobre negros têm estreita relação com marcadores sociais de classe.

Vale salientar que a prática de preconceito racial na escola é um fator relevante na disseminação do preconceito. Vale salientar também, que o preconceito, a discriminação racial, ou o racismo, não nascem na escola, mas sim nos processos de socialização primários como a família e a sociedade. Segundo

Albuquerque, (2011) “a desigualdade racial é uma construção social e epistemológica em torno da qual se estrutura um sistema de poder socioeconômico, de exclusão e de exploração” (ALBUQUERQUE, 2011, p. 203).

Desta forma, o espaço da escola que está inteiramente ligado com a sociedade é um elo de colaboração, reforço, reprodução e manifestação de preconceitos, ou seja, um lugar que deveria ser de libertação e emancipação é em muitos momentos local de segregação e reforço dos estereótipos das vítimas dos preconceitos e discriminações. Ribeiro afirma que: “o racismo faz parte do cotidiano escolar e afeta a relação entre alunos e professores e também afeta o desenvolvimento dos alunos que são cometidos por preconceito racial” (RIBEIRO, 2012, p. 33).

A escola constitui apenas mais uma instituição social em que as características raciais negras são usadas para depreciar, humilhar e excluir. Desta forma, por serem humilhadas e excluídas pela prática escolar e consumidas pelo padrão racista da sociedade, as crianças, jovens, adultos negros e negras, são obrigados a constantemente, deslocarem sua energia vital que deveria estar voltada para o seu desenvolvimento e para a construção de conhecimento e socialização para investir em inúmeros esforços para se sentirem aceitos no cotidiano escolar. Nesse sentido, racismo e discriminação não determinam apenas as desigualdades educacionais, mas também as desigualdades de renda entre os brancos e negros. Desta forma, as pesquisas sobre preconceito racial e discriminação não devem focar somente o que é o preconceito racial ou o racismo, mas devem discutir e analisar as consequências de quem sofre com esse tipo de agressões. Mas o que fazer quando o racismo se manifesta de forma silenciosa?

Conforme Edna Aparecida Coqueiro (2011), temos que:

Geralmente as manifestações do racismo e do preconceito ocorrem de maneira implícita, raramente aparecem em formas diretas, através de hostilidades ou de defesa radical da ideia de inferioridade “natural” do negro. Esse é um comportamento que é fruto de um processo de construção ideológica camuflada pelo mito da democracia racial que nega a existência de desigualdades raciais no Brasil (COQUEIRO, 2011, p. 2).

A democracia racial no Brasil historicamente se constituiu mediante uma ideologia que beneficiou o branqueamento populacional. Criou-se o termo “democracia racial” (que é tratado como “mito da democracia racial”) para afirmar

que havia uma harmonia entre os grupos sociais. Por exemplo, o sociólogo Gilberto Freire (2005) com a obra *Casa Grande e Senzala*, foi disseminador dessa ideia com termos como “cordialidade entre as raças” “democracia étnica e social”. Defendia que no Brasil “as relações raciais eram cordiais, e que não existiam demarcações sociais baseadas em critérios de raça”. Eis que surge aí o mito da “democracia racial”, aqui está à construção do racismo silencioso. Uma visão negativa do afrodescendente e um discurso contrário que tenta negá-la, mas acaba naturalizando-a. Essa questão foi amplamente aceita, tanto no exterior, quanto no Brasil, principalmente a partir da década de 1930, quando alguns movimentos negros também assimilaram à ideia.

Essa ideia só começou a ser desconstruída a partir de pesquisas críticas elaboradas pela UNESCO em diversas cidades brasileiras, (1950) desmistificou que o negro era igual ao branco; questões de diversas ordens comprovaram a diferença de diversos modos como; questões econômicas, poder político, trabalho etc. Finalmente o mito começa a ser desconstruído e os movimentos negros passam a ser fundamentais nesse processo, na medida em que oferecem resistência a ideia democrática no que diz respeito às raças. Nesse sentido, merece destaque o importante empreendimento da UNESCO, iniciado em 1964, que concretizou a escrita de uma história geral da África na perspectiva dos próprios africanos. A obra é formada de oito volumes, disponíveis na íntegra para download na página do Ministério da Educação do Brasil (MEC⁷).

⁷ A coleção História Geral da África dividida em 8 volumes pode ser acessada na íntegra na página eletrônica do Ministério da Educação, Disponível em: portal.mec.gov.br/?option=com_content&id=16146 dominiopublico.gov.br

Também existem dois volumes que de forma mais sintética correspondem aos 8 volumes da coleção História Geral da África. A saber, o volume 1 é intitulado *Síntese da Coleção História Geral da África: da pré-história ao século XVI*. O volume 2 é intitulado *Síntese da Coleção História Geral da África: do século XVI século XX*. Ambos editados por SILVÉRIO, V, Roberto e autoria de ROCHA, C. Maria e BARBOSA, M. SANTANA: Brasília; UNESCO, MEC, UFSCar, 2013. Disponível em: www.unesco.org/brasil, <http://portal.mec.gov.br/index.html>, <http://www2.ufscar.br/home/index.php>

2. ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO AO RACISMO SILENCIOSO A PARTIR DA PRESENÇA AFRO-BRASILEIRA NO CONTEXTO EDUCACIONAL GARANTIDA PELA LEI 10.639/03.

Ainda que vivamos em uma sociedade culturalmente plural, percebemos que nem sempre as origens étnicas presente no dia a dia são percebidas como parte desta sociedade, mas acabam deixando alguns grupos à margem pela falta de reconhecimento social. Um dos primeiros lugares onde podemos encontrar esta falta de “reconhecimento” é a escola. E a escola é justamente um espaço onde precisamos trabalhar aspectos não só relacionados ao cognitivo, mas também ao afetivo, ao emocional, pois ambos estão ligados ao sucesso da aprendizagem que reflete na vivência em sociedade.

Faz-se necessário, portanto, observar se de fato está ocorrendo o ensino de História e Cultura afro, analisar como está acontecendo essa abordagem na prática docente, garantindo de fato a implantação da Lei 10.639/03, não apenas na teoria. Busca-se com isso, resgatar a participação da cultura negra nas áreas socioeconômica, política e cultural no cenário brasileiro.

2.1 Implantação da Lei 10.639/03: conquistas, desafios e perspectivas

A Lei 10.639/03 destacando os Artigos 26-A e 79-B, na íntegra dizem o seguinte:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra (BRASIL, 2003).

A citada lei foi uma das primeiras leis sancionadas pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para estabelecer novas diretrizes e práticas pedagógicas que reconheçam a importância dos africanos e afrobrasileiros no processo de formação nacional. Para além do impacto positivo junto à população e da republicanização da

escola brasileira, essa lei deve ser encarada como parte fundamental do conjunto das políticas que visam à educação de qualidade como um direito de todos e todas. Afirma a necessidade da discussão das temáticas raciais fortalecendo a tese de que a cultura afrodescendente possui uma identidade e essa precisa ser explicitada como meio de resistência. Visa práticas que refletem e ecoam propósitos políticos de reparação quanto ao silenciamento da participação ativa dos negros e negras e suas culturas na formação da história, cultura e riqueza do país, ou ainda quanto ao seu papel na afirmação de identidades culturais colocadas à margem do discurso nacional, reforçado pelo eurocentrismo que culminou no imaginário negativo sobre a África e seus povos.

A construção de um imaginário negativo sobre África e sobre os africanos foram decisivos para manter a estrutura entre colonizador e colonizado e destruir a memória coletiva dos afrodescendentes. Atualmente há o compromisso da escola de desconstruir os equívocos e reconstruir a história. Conforme Munanga:

Por isso, no processo de construção da identidade coletiva negra, é preciso resgatar sua história e autenticidade, desconstruindo a memória de uma história negativa que se encontra na historiografia colonial ainda presente em “nosso” imaginário coletivo e reconstruindo uma verdadeira história positiva capaz de resgatar sua plena humanidade e autoestima destruída pela ideologia racista presente na historiografia colonial. (MUNANGA, 2002, p.14).

Nesse sentido, é necessário perceber a presença afro no cotidiano, seja na música, na culinária, na língua, na cor, nos cabelos e nas mais variadas formas de manifestações artísticas, culturais e religiosas de matrizes africanas. Lembrando que a segunda metade do século XX é caracterizada, no Brasil e no mundo, por um período de conquistas das minorias dos grupos étnicos excluídos. Conforme Silva (2013) destaca-se que:

Dentre essas conquistas, pode-se citar a conquista dos direitos civis e de políticas afirmativas nos Estados Unidos nos anos 1950 e 1960, o processo de independência dos países da África e da Ásia. No Brasil, as conquistas mais significativas acontecem no começo do século XXI, mas como resultado de lutas empreendidas no século XX: a conquista das políticas afirmativas nas universidades – as cotas raciais, nas escolas – a Lei 10.639/03 e, em demais espaços, cotas raciais em concursos públicos (SILVA, 2013, p. 139).

As conquistas e avanços acima mencionados são fruto de muita luta e pressão realizada pelo Movimento negro. Destacando a Lei 10.639/03, a mesma visa que se trabalhe a cultura afro-brasileira e africana de uma forma positiva, desconstruindo a imagem dos afrodescendentes brasileiros como os “ex-escravos” e dos africanos como os grupos tribais que enfrentam a miséria e a fome, como tem sido mostrado nos livros didáticos. Silva aponta que “o objetivo que o afrodescendente tem um lugar na sociedade brasileira e que ele não é o ex-escravo, mas um cidadão, com acesso a todos os direitos riquezas e espaços de poder que o país oferece” (SILVA, 2013, p. 142).

Ainda assim, com todas as conquistas, tem muito por se fazer, uma vez que os mecanismos ideológicos construídos para legitimar a ideia de que o negro brasileiro e do mundo não são sujeitos de sua história - teorias raciais, “eugenismo”, “ideologia do branqueamento” - foram tão bem articuladas no século XIX e XX, que, para desconstruí-los, serão precisas muitas discussões acadêmicas, como pesquisas, muitos trabalhos de militância e principalmente uma reestruturação da escola. A implantação da Lei 10.639/03, entretanto, é um grande avanço, mas ainda não se configura suficiente para propor essas transformações. Até porque é necessária a preparação dos professores para lidar com essa temática tão delicada, bem como a fiscalização da sua aplicação. Praticamente doze anos se passaram e ela ainda é pouco aplicada pelos educadores.

Nesse sentido, a identidade africana precisa ser explicitada nas escolas de modo que sejam visíveis e valorizadas. Segundo as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino das Relações Étnico raciais:

O sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando a reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros brasileiros depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens; em outras palavras, todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados. (MEC, 2004).

Para Nilma Gomes, a “neutralidade sobre o racismo contribuiu para o fortalecimento do mito da democracia racial, ratificou práticas racistas e negou aos afrodescendentes o direito à plena cidadania” (GOMES, 2005, p. 40). Para a autora, também faltam incluir no currículo escolar e na formação de professores os conhecimentos que caracterizam a cultura afro:

Há diversos conhecimentos produzidos pela humanidade que ainda estão ausentes nos currículos e na formação [das professoras e] dos professores, como por exemplo, o conhecimento produzido pela comunidade negra ao longo da luta pela superação do racismo, o conhecimento produzido pelas mulheres no processo de luta pela igualdade de gênero, o conhecimento produzido pela juventude na vivência da sua condição juvenil, entre outros (GOMES, 2007, p. 25).

Gomes destaca que é a partir de reivindicações dos diferentes Movimentos Sociais que esses conhecimentos são apontados como fundamentais e como eixos centrais na elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos e dos Planos de trabalho Docente nas escolas de diferentes níveis e modalidades de ensino. Seguindo esse raciocínio, Lopes (2014) aponta:

Para a implementação da Lei 10.639/2003 seja de fundamental importância uma permanente reflexão e apreensão em torno dessa temática, relacionando-a as nossas práticas cotidianas, ao nosso convívio social de forma geral e, nesse momento especificamente, às nossas relações no espaço escolar, no que diz respeito à Educação das Relações Étnico-Raciais (LOPES, 2014, p. 44).

A lei 10.639/03, não pode apenas teoricamente estar presente no currículo ou nos planos de trabalhos docente, ou ainda nas datas comemorativas, mas sim desvelar o racismo silencioso construído historicamente. A proposta da Lei 10.639/03, ao ensinar a cultura e a história afro-brasileira e africana nas escolas brasileiras, sugere a desconstrução do eurocentrismo. Nisso, é importante ressaltar o avanço com a promulgação da lei, pois sua ausência mantinha a falta de perspectivas de reivindicações e o eurocentrismo como conceito determinante em nossas escolas. Nesse sentido, a escola através dos seus atores precisa promover a discussão mediante a presença afro-brasileira no contexto educacional, valorizando a identidade negra como fonte construtora da cultura brasileira.

Infelizmente existe a crença de que na educação não há preconceito e discriminação e a ideia da infância feliz é destacada dando ênfase na cordialidade racial. Por essa razão, se faz necessária uma intervenção pedagógica para oportunizar a educação racial valorizando a identidade afro como fator positivo desde a educação infantil. Mas por onde começar? Temos vários caminhos como: conhecer as leis, os povos africanos e suas culturas, conhecer a história da

população negra, conhecer as lutas, as resistências, estudar os documentos oficiais, desenvolver pesquisas e formação continuada para todos os professores.

Destarte, a escola deve efetivar sua prática pedagógica com ações afirmativas para o rompimento de preconceito, sendo que, essas ações devem desconstruir atitudes e ações excludentes, racistas, existentes no cenário escolar. A escola deve ser um local de produção de conhecimento, de práticas democráticas, onde os negros devem ser autores das práticas de diversidades educativas. A identidade da cultura afro deve ser explicitada, como a principal forma de resistência e valorização da história negra. O resgate das populações negras no Brasil não começa e termina apenas na melhoria da situação econômica de todos os cidadãos. Respeito e valorização da cultura, da humanidade e das perspectivas modernas da negritude no Brasil são tão necessários quanto, para uma real inclusão étnico-racial neste País.

Desta forma, cabe a escola o papel de propagar o ensino e transmitir saber de forma que todos tenham acesso a ela, ou seja, a escola deve proporcionar a elevação cultural. Mas, ao contrário disso, conforme Oliveira, “a escola tem se manifestado como um ambiente de exclusão onde nem todos tem acesso” (OLIVEIRA, 2014, p. 36). Nesse sentido, a escola produz desigualdade e marginalização que precisam ser superadas. Talvez a saída seja buscar o fortalecimento da educação básica melhorando e dando condições aos alunos negros que saem dessas escolas, para que possam ter condições de ingressar e permanecer na educação superior.

De acordo com Praxedes e Praxedes:

A escola ainda contribui para a manutenção dos preconceitos e para a exclusão de negros, gerando consequências danosas para o processo de formação educacional, a capacitação profissional e a construção da identidade desses indivíduos (PRAXEDES, PRAXEDES, 2014, p. 153).

Destaca-se aqui a grande importância de os currículos escolares enfrentarem pedagogicamente esse problema difícil, começando pela adoção das políticas de ações afirmativas em favor da igualdade racial. Conforme Praxedes (2008), “os negros formam um contingente de aproximadamente 45% da população brasileira e que atualmente tem acesso à escolarização” (PRAXEDES, 2008, p. 01). Mas as suas origens, a sua história, a sua cultura, por ignorância, preconceito ou má fé, não

são tratados adequadamente nos currículos, nas concepções e práticas dos educadores. Nesse sentido, a implantação da Lei 10.639/03, entretanto, é um grande avanço, mas ainda não se configura suficiente para propor transformações. Até porque é necessária a preparação dos professores para lidar com essa temática, bem como a fiscalização da sua aplicação.

A educação escolar não pode ser a transmissão acrítica dos conhecimentos que o Estado e as demais instituições dominantes consideram legítimos, já que é também na escola que construímos as nossas identidades individuais e coletivas e queremos que estas identidades estejam livres do peso das estruturas de poder para que as nossas mentes e as nossas vidas sejam descolonizadas.

CONCLUSÃO

Conforme pesquisas apresentadas e discutidas no desenvolvimento deste trabalho ficam evidentes que o racismo está presente na sociedade e no cotidiano escolar e o mesmo aparece como racismo silencioso. Neste trabalho, devido os seus limites acreditamos que não demos conta de responder satisfatoriamente o problema proposto, mas enfatizamos a necessidade de continuar pesquisando e aprofundando esse debate, pois a temática da educação racial não pode deixar de ser explicitada e debatida no campo da academia e das escolas.

A guisa de conclusão, queremos ressaltar que a segunda metade do século XX é caracterizada, no Brasil e no mundo, por um período de conquistas das minorias dos grupos excluídos, a saber: conquista dos direitos civis e de políticas afirmativas nos Estado Unidos nos anos 1950 e 1960, o processo de independência dos países da África e da Ásia. No Brasil, as conquistas mais significativas acontecem no começo do século XXI, mas como resultado de lutas empreendidas no século XX: a conquista das políticas afirmativas nas universidades – as cotas raciais, nas escolas – a Lei 10.639/03 e, em demais espaços, cotas raciais em concursos públicos.

Enfatizamos que as conquistas e avanços acima mencionados são fruto de muita luta e pressão realizada pelo Movimento negro. Destacando a Lei 10.639/03, a mesma visa que se trabalhe a cultura afro-brasileira e africana de uma forma positiva, desconstruindo a imagem dos afrodescendentes brasileiros como os “ex-escravos” e dos africanos como os grupos tribais que enfrentam a miséria e a fome, como tem sido mostrado nos livros didáticos. É preciso deixar claro que o afrodescendente tem um lugar na sociedade brasileira e que ele não é o ex-escravo, mas um cidadão, com acesso a todos os direitos riquezas e espaços de poder que o país oferece.

Ainda assim, com todas as conquistas, tem muito por se fazer, uma vez que os mecanismos ideológicos construídos para legitimar a ideia de que o negro brasileiro e do mundo não são sujeitos de sua história - teorias raciais, “eugenismo”, “ideologia do branqueamento” - foram tão bem articuladas no século XIX e XX, que, para desconstruí-los, serão precisas muitas discussões acadêmicas, já que o racismo silencioso que permeia as relações sociais e educacionais na escola são cristalizados pela crença na inferioridade do negro. Ainda que não se afirme abertamente a superioridade do branco, ao inferiorizar uma parcela da população se

atribui a ela mesma a responsabilidade e a culpa por suas piores condições nos indicadores sociais e econômicos.

Em relação à Educação Racial, entendemos os limites colocados, no entanto não perdemos de vista suas possibilidades e as construções que se fazem cotidianamente na escola e o esforço dos Movimentos Negros, das Universidades, das pesquisas e debates e dos Movimentos sindicais que lutam por justiça social.

Ressaltamos que a educação é considerada um dos caminhos para a transformação da sociedade, a via básica para a mudança do caráter político, social e cultural, alcançada a partir dos princípios da igualdade dos direitos, da justiça social, da liberdade e da solidariedade. Nesse sentido, a escola através dos seus atores precisa promover a discussão mediante a presença afro-brasileira no contexto educacional, valorizando a identidade negra como fonte construtora da cultura brasileira.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Carlos Vinicius Frota de. **A Eugenia e o Mito da Superioridade Racial Branca: Racismo no Brasil Moderno.** Disponível em: <<http://cienciasocialceara.blogspot.com.br/2011/06/eugenia-e-o-mito-dasuperioridade.html>>. Acesso em: 06/07/ 2015.

A ÁFRICA NA ESCOLA BRASILEIRA. **Brasília: Senado Federal, Gabinete do Senador Abdias Nascimento, 1991.**

ANDRÉ, B. Pires. **Racismo e des-afetividade no cotidiano escolar:** Revista Agenda Social. V.5, nº3, set/ dez / 2011, p. 30- 41 , ISSN 1981-9862.

BAPTISTA DA S. Paulo Vinícius. Apontamentos sobre o racismo no Brasil; IN Apostila Módulo III (UFPR), pp. 243-264. Curitiba, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Pesquisa sobre Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diversidade_apresentacao.pdf>. Acesso em: 12/05/2015.

_____. Ministério da Educação (MEC). **Diretrizes Nacionais Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC, 2004.

_____. Presidência da República. Lei n. 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/2003/L10.639.htm>>. Acesso em: 12/05/2015.

BROGIATO, Gelza M. Giuliangeli. **A cultura do afrodescendente e sua trajetória de vida: Compartilhar as diferenças na comunidade escolar pelas entrevistas.** Secretaria de Estado da Educação do Paraná-SEED; superintendência da educação coordenação estadual do PDE, Londrina, 2012.

CAVALLEIRO, E. S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.** São Paulo, 1998. 144 p. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

_____. **Por um Estado que proteja as crianças negras do apedrejamento moral no cotidiano escolar.** Carta encaminhada ao presidente ao Excelentíssimo Presidente da República Federativa do Brasil, Sr. Luís Inácio Lula da Silva, 2010. Disponível em: <<http://correionago.ning.com/profiles/blogs/por-um-estado-que-as-proteja-as>>. Acesso em: 09/05/2015.

CHAUÍ, Marilena. **Iniciação à Filosofia: Ensino Médio, volume único.** 1ª. Ed. São Paulo: Ática, 2010.

CACHOEIRA, A. J.; BAADE, J. H. **A gênese do preconceito**. Revista Identidade! São Leopoldo v.18 n. 2 p. 201-213 jul./dez. 2013, ISSN 2178-0437X. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/identidade>. Acessado em 06/07/2015.

CAMARGO, A. C. **A experiência escolar na construção da identidade do brasileiro afro-descendente**. São Paulo, 2001, 53 p. Relatório de Pesquisa-Universidade São Marcos.

COQUEIRO, Edna Aparecida. **Educação das relações étnico-raciais: desnaturalizando o racismo na escola e para além dela**. Núcleo Regional de Educação de Curitiba, 2011.

FERREIRA, F. Ricardo. **O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afrodescendente**: Revista Psicologia & Sociedade; 14 (1): 69-86; jan./jun.2002.

FONTOURA, Maria da Conceição Lopes. **A educação da cultura afro-brasileira nos currículos escolares: uma questão só de conhecimento histórico?** Porto Alegre: UFRS, Faculdade de Educação, 1987. Dissertação (Mestrado).

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Editora Record, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. In. Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 /Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília:Ministério da Educação, Secretaria de realização de questionário com os alunos a fim de identificar qual a importância que os mesmos atribuem à literatura; 2005, Brasília.

LOPES, T. Aparecida. **Proposta de Implementação da lei no 10.639/2003 nos espaços Escolares**, IN Apostila Módulo XII (UFPR/NEAB), pp. 42-54. Curitiba, 2014.

MAGGIE, Yvonne. **Racismo e anti-racismo: preconceito, discriminação e os jovens estudantes nas escolas cariocas**. Educ. Soc. vol.27 nº. 96. Campinas Oct. 2006.

MUNANGA, Kabengele. **(organizador) Superando o Racismo na escola. 2ª edição revisada**: Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

OLIVEIRA, V. C. de Souza. **A imagem do brasileiro nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**: IN PINHEL M. André, SANTOS, W. Oliveira, (Organizadores). **Novos estudos Afro-brasileiros: trabalhos finais de graduação**: Curitiba: UFPR. NEAB, 2014.

PRAXEDES, Walter. **A questão racial e a superação do eurocentrismo na educação escolar**. Revista Espaço Acadêmico, nº 89, outubro de 2008. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/089/89praxedes.pdf> Acessado em 03/082015.

PRAXEDES, Walter Lúcio de Alencar; PRAXEDES, Rosângela Rosa. **Educando contra o preconceito e a discriminação** racial. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

RÉGIS, E. Kátia. **Relações étnico-raciais e currículos escolares nas teses e dissertações em educação (1987-2006): desafios da inclusão da cultura negra nas práticas curriculares**. Revista da ABPN • v. 2, n. 5 • jul.-out. 2011 • p. 139-154.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil. 5. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977.**

SANTOS, A. Ribeiro. **Educação e relações raciais: um estudo de caso**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

SCHWARCZ, L. M. (1996). As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX: o contexto brasileiro. In L. M. Schwarcz & R. S. Queiroz (Orgs.), Raça e diversidade (pp. 147-185). São Paulo: Edusp.

SILVA, Roberto. Jardim. **Um diálogo entre a Lei 10.639/03 e o pensamento filosófico do camaronês Marcien Towa**. Revista Identidade São Leopoldo v.18 n. 2 p. 138-151 jul./dez. 2013, ISSN 2178-0437X Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/identidade> Acessado em; 07/07/2015.